ARTIGO 9.º

As normas legais dispositivas poderão ser derogadas por deliberação social.

ARTIGO 10.º

A sócia única fica desde já autorizada a efectuar negócios jurídicos com a sociedade que sirvam a persecução do objecto social.

ARTIGO 11.º

Os negócios jurídicos entre a sócia única e a sociedade, devem observar a forma escrita, devendo as formalidades e prazos, que a lei exija ser convocados por meio de carta registada, com a antecedência mínima de 15 dias.

ARTIGO 12.º

Nos termos do artigo 270.º-E do Código das Sociedades Comerciais, a sócia exerce as competências das assembleias gerais, podendo, designadamente nomear um ou mais gerentes.

ARTIGO 13.º

As decisões do sócio de natureza igual às deliberações da assembleia geral devem ser registadas em acta e por ela assinadas.

ARTIGO 14.º

É permitido à sócia fazer suprimentos à sociedade.

ARTIGO 15.º

Fica autorizada a celebração de quaisquer contratos entre a sócia única e a sociedade, desde que se prendam com o objecto social.

ARTIGO 17.º

A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas e no capital social de outras sociedades, nos termos permitidos por lei mesmo que o objecto destes agrupamentos complementares e ou empresas não coincidam no todo ou em parte com aquele que a sociedade está exercendo.

ARTIGO 18.º

A sociedade entra em actividade nesta data.

Disposição transitória

Todas as despesas com a constituição desta Sociedade, designadamente a desta escritura, registo e despesas inerentes, bem como a aquisição de equipamento necessário à sua instalação, são da responsabilidade da sociedade pelo que fica a sócia gerente autorizada a movimentar o capital social, depositado na Caixa Geral de Depósitos — Parede.

Está conforme o original.

A Primeira-Ajudante, *Antónia de Jesus Moita Baptista*.
1000238325

ARTINCOFRA — CONSULTADORIA URBANÍSTICA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 19 726 (Sintra); inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 63/021216.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelos artigos constantes do seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma ARTINCOFRA — Consultadoria Urbanística, L.ª, fica com a sua sede na Rua de Camilo Castelo Branco, 3, 1.º, direito, freguesia de Aqualva, concelho de Sintra.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade é a prestação de serviços de consultadoria no âmbito da construção civil e urbanismo, construção de edifícios, gestão, administração de bens próprios ou alheios, compra e venda de imóveis, investimentos financeiros, reparação, limpeza e manutenção de edifícios e habitações e gestão de investimentos.

ARTIGO 3.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de cinco mil euros e corresponde à soma de duas quotas, sendo uma do valor

nominal de quatro mil e quinhentos euros, pertencente à sócia IP Holding Corporation e outra de quinhentos euros, pertencente à sócia Maria Luísa da Silva Pereira.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, remunerada ou não conforme for deliberado em assembleia geral, fica a cargo de um ou mais gerentes eleitos em assembleia geral.

2 — Para vincular validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente ou a de um procurador.

3 — Fica desde já nomeado gerente o não sócio Henrique Inácio Dias Pereira.

ARTIGO 5.º

Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em fianças, abonações, letras de favor e em outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

ARTIGO 6.º

1 — A cessão de quotas, bem como a sua divisão, dependente sempre do prévio consentimento da sociedade.

2 — Na eventualidade da cessão de quota ou quotas se destinar a pessoas estranhas à sociedade, a sociedade poderá exercer o direito de preferência.

3 — Caso a sociedade não exerça o direito de preferência, poderá a assembleia autorizar, por unanimidade e sem o voto do sócio cedente, um ou mais sócios a exercer esse direito.

4 — Se o direito de preferência for exercido nos termos dos números anteriores, o valor a pagar ao sócio depende cedente pela quota será o correspondente ao seu valor contabilístico.

ARTIGO 7.º

Nos casos em que a lei não exigir outras formalidades, as assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios e expedidas cone, pelo menos, 15 dias de antecedência.

ARTIGO 8.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos casos seguintes:

a) Quando sobre a quota incida penhora, arresto, arrolamento ou outro procedimento judicial;

b) Quando por falecimento do titular da quota, os herdeiros não assumam a posição do sócio falecido;

2 — O valor a atribuir às quotas a amortizar pela sociedade será o valor nominal, se outro não for imposto por lei.

ARTIGO 9.º

Os lucros apurados em cada exercício, depois de deduzidas as importâncias para o fundo de reserva legal, terão o destino que a assembleia de sócios entender.

ARTIGO 10.º

A sociedade dissolver-se-á nos casos e nos termos legais, e seja qual for o motivo de dissolução, a sua liquidação e partilha, proceder-se-á conforme deliberação dos sócios.

Está conforme o original.

A Primeira-Ajudante, *Antónia de Jesus Moita Baptista*.
1000241260

AGROFER — SOCIEDADE AGRÍCOLA DO CASAL FERNANDARES, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 06488; inscrição n.º 10; número e data da apresentação: 9/190595.

Certifico que foram depositados os documentos respeitantes ao registo de prestação de contas da sociedade em epígrafe do ano de 1995.

30 de Abril de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria de Lurdes Gonçalves Carvalho Melro Aires Grilo*.
3000221073

PRESTMÉDIA — MULTIMÉDIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 09657/3497; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 19/341997.